



Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas

Concurso Público 2014

Controlador Adjunto

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém 35 questões de múltipla escolha, dispostas da seguinte maneira: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 35** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Para preencher a Folha de Respostas, fazer rascunhos, etc., use exclusivamente caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido abaixo.

ANALFABETISMO FUNCIONAL

Alarmante! A dificuldade para interpretar textos e contextos, articular ideias e escrever está presente em seletos ambientes do mundo corporativo e da academia.

por Thomaz Wood Jr.

A condição de analfabeto funcional aplica-se a indivíduos que, mesmo capazes de identificar letras e números, não conseguem interpretar textos e realizar operações matemáticas mais elaboradas. Tal condição limita severamente o desenvolvimento pessoal e profissional. O quadro brasileiro é preocupante, embora alguns indicadores mostrem uma evolução positiva nos últimos anos.

Uma variação do analfabetismo funcional parece estar presente no topo da pirâmide corporativa e na academia. Em uma longa série de entrevistas realizadas por este escriba, nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta a muitos profissionais da média gerência a capacidade de interpretar de forma sistemática situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada. Não se trata apenas de usar corretamente o vernáculo, mas de saber tratar informações e dados de maneira lógica e expressar ideias e proposições de forma inteligível, com começo, meio e fim.

Na academia, o cenário não é menos preocupante. Colegas professores, com atuação em administração de empresas, frequentemente reclamam de pupilos incapazes de criar parágrafos coerentes e expressar suas ideias com clareza. A dificuldade afeta alunos de MBAs, mestrandos e mesmo doutorandos. Editores de periódicos científicos da mesma área frequentemente deploram a enorme quantidade de manuscritos vazios, herméticos e incoerentes recebidos para publicação. E frequentemente seus autores são pós-doutores!

O problema não é exclusivamente tropical. Michael Skapinker registrou recentemente em sua coluna no jornal inglês Financial Times a história de um professor de uma renomada universidade norte-americana. O tal mestre acreditava que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. Passava-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, o qual corrigia, avaliando a capacidade analítica dos autores. Pois a atividade causou tal revolta que o diretor da instituição solicitou ao professor torná-la facultativa. Os alunos parecem acreditar que, em um mundo no qual a comunicação se dá por mensagens eletrônicas e tuítes, escrever com clareza não é mais importante.

O mesmo Skapinker lembra uma emblemática matéria de capa da revista norte-americana *Newsweek*, intitulada "Why Johnny can't write". Merrill Sheils, autora do texto, revelou à época um quadro preocupante do declínio da linguagem escrita nos Estados Unidos. Para Sheils, o sistema educacional, da escola fundamental à faculdade, desovava na sociedade uma geração de semianalfabetos. Com o tempo, explicou a autora, as habilidades de leitura pioraram, as habilidades verbais se deterioraram e os norte-americanos tornaram-se capazes de usar apenas as mais simples estruturas e o mais rudimentar vocabulário ao escrever, próprios da tevê.

Entre as diversas faixas etárias, os adolescentes eram os que mais sofriam para produzir um texto minimamente coerente e organizado. E o mundo corporativo também acusou o golpe, pois parte de sua comunicação formal exige precisão e clareza, características cada vez mais difíceis de encontrar. Educadores mencionados no artigo observaram: um estudante que não consegue ler e compreender textos jamais será capaz de escrever bem. Importante: a matéria da *Newsweek* é de 1975!

Quase 40 anos depois, os iletrados trópicos parecem sofrer do mesmo flagelo. Por aqui, vivemos uma situação curiosa: de um lado, cresce a demanda por análises e raciocínios sofisticados e complexos. E, de outro, faltam competências básicas relacionadas ao pensamento analítico e à articulação de ideias. O resultado é ora constrangedor, ora cômico. Nas empresas, muitos profissionais parecem tentar tapar o sol com uma peneira de powerpoints, abarrotados de informação e vazios de sentido.

Na academia, multiplicam-se textos caudalosos, impenetráveis e ociosos. Se aprender a escrever é aprender a pensar, e escrever for mesmo uma atividade em declínio, então talvez estejamos rumando céleres à condição de invertebrados intelectuais.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em 25 ago. 2014.

GLOSSÁRIO

MBAs: Master in Business Administration (Mestrado em Administração de Negócios). É um grau acadêmico de pós-graduação destinado a administradores e executores na área de gestão de empresas.

Why Johnny can't write: Por que Johnny não pode escrever.

01. Na discussão articulada no texto, depreende-se, como foco principal,
- A) estabelecer correlação entre o Brasil e outros países, no que se refere ao analfabetismo funcional.
 - B) comparar o analfabetismo funcional no âmbito da academia com o analfabetismo funcional no âmbito das empresas.
 - C) criticar o analfabetismo funcional, independentemente da esfera social em que se desenvolva.
 - D) responsabilizar a escola pelo analfabetismo funcional tanto no âmbito da academia quanto no âmbito das empresas.
02. O problema abordado, no texto, centra-se, prioritariamente,
- A) no Brasil.
 - B) nos países que se situam nos trópicos.
 - C) nos países cuja língua oficial é inglês.
 - D) nos Estados Unidos.
03. Depreende-se do texto que o analfabetismo funcional
- A) pode ser imbatível.
 - B) precisa ser revertido.
 - C) precisa ser investigado.
 - D) pode ser aceitável.
04. No início do parágrafo 4, o período “O problema não é exclusivamente tropical” constitui-se como uma síntese dos parágrafos
- A) 2, 3 e 4.
 - B) 4, 5 e 6.
 - C) 3, 4 e 5.
 - D) 1, 2 e 3.

05. Considere o período final do texto:

Se aprender a escrever é aprender a pensar, e escrever for mesmo uma atividade em declínio, então talvez estejamos rumando céleres à condição de invertebrados intelectuais.

No que se refere a esse trecho, é correto afirmar que se trata de

- A) juízo avaliativo em relação à problemática focalizada no texto.
- B) opinião em divergência com os dados expostos anteriormente.
- C) sentença que se abre para tema ainda não abordado no texto.
- D) afirmativa que se centra parcialmente na problemática tratada.

06. Considere o trecho reproduzido a seguir:

Quase 40 anos depois, os **iletrados trópicos** parecem sofrer do mesmo **flagelo**. Por aqui, vivemos uma situação curiosa: de um lado, cresce a demanda por análises e raciocínios sofisticados e complexos. E, de outro, faltam competências básicas relacionadas ao pensamento analítico e à articulação de ideias. O resultado é ora constrangedor, ora cômico. [...].

Na academia, multiplicam-se textos **caudalosos**, **impenetráveis** e **ocos**. Se aprender a escrever é aprender a pensar, e escrever for mesmo uma atividade em declínio, então talvez estejamos rumando céleres à condição de **invertebrados intelectuais**.

As afirmações a seguir se referem às expressões e às palavras destacadas no trecho.

I	Imprimem tom avaliativo ao que é dito.
II	Apresentam-se em registro de linguagem conotativo.
III	São inadequadas ao gênero do texto em foco.
IV	Exercem a mesma função sintática.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e II. B) II e III. C) III e IV. D) I e IV.

07. Considere o trecho:

O **tal mestre** acreditava que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. Passava-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, o qual corrigia, avaliando a capacidade analítica dos autores.

Se a expressão destacada for flexionada no plural, a opção que apresenta o período reescrito de acordo com as convenções da norma padrão é:

- A) Os tais mestres **acreditavam** que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. **Passava**-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, o qual **corrigiam**, avaliando a capacidade analítica dos autores.
- B) Os tais mestres **acreditavam** que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. **Passavam**-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, **os quais corrigiam**, avaliando a capacidade analítica dos autores.
- C) Os tais mestres **acreditavam** que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. **Passavam**-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, o qual **corrigiam**, avaliando a capacidade analítica dos autores.
- D) Os tais mestres **acreditavam** que escrever com clareza constitui habilidade relevante para seus alunos, futuros administradores e advogados. **Passavam**-lhes, semanalmente, a tarefa de escrever um texto curto, **os quais** corrigia, avaliando a capacidade analítica dos autores.

08. Considere o trecho:

Em uma longa série de entrevistas realizadas por este escriba, nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta a muitos profissionais da média gerência a capacidade de interpretar de forma sistemática situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada.

A opção em que as alterações na pontuação do trecho estão também de acordo com as convenções da norma padrão é:

- A)** Em uma longa série de entrevistas, realizadas por este escriba nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta a muitos profissionais da média gerência, a capacidade de interpretar, de forma sistemática, situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada.
- B)** Em uma longa série de entrevistas realizadas por este escriba, nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta, a muitos profissionais da média gerência, a capacidade de interpretar, de forma sistemática, situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada.
- C)** Em uma longa série de entrevistas, realizadas por este escriba, nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta, a muitos profissionais da média gerência, a capacidade de interpretar de forma sistemática, situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las, de forma estruturada.
- D)** Em uma longa série de entrevistas realizadas por este escriba nos últimos cinco anos com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta a muitos profissionais da média gerência a capacidade de interpretar de forma sistemática situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada.

09. Considere o trecho:

A condição de analfabeto funcional aplica-se a indivíduos **que (1º)**, **mesmo (2º)** capazes de identificar letras e números, não conseguem interpretar textos e realizar operações matemáticas mais elaboradas. **Tal condição (3º)** limita severamente o desenvolvimento pessoal e profissional. O quadro brasileiro é preocupante, **embora (4º)** alguns indicadores mostrem uma evolução positiva nos últimos anos.

As afirmativas a seguir referem-se aos elementos linguísticos destacados no trecho.

I	O primeiro e o segundo elementos inter-relacionam partes de um período.
II	O segundo e o quarto elementos estabelecem a mesma relação de sentido.
III	O primeiro e o terceiro elementos não retomam informações anteriores.
IV	O terceiro e o quarto elementos inter-relacionam períodos.

Das afirmações, estão corretas

- A)** II e III.
- B)** I e IV.
- C)** I e II.
- D)** III e IV.

10. Considere o trecho:

Por aqui, vivemos uma situação curiosa: de um lado, **cresce** (1º) a demanda por análises e raciocínios sofisticados e complexos. E, de outro, **faltam** (2º) competências básicas relacionadas ao pensamento analítico e à articulação de ideias.

As afirmativas a seguir referem-se aos verbos destacados no trecho.

I	Ambos apresentam sujeito explicitado no período.
II	Ambos apresentam objeto explicitado no período.
III	Em conformidade com a norma padrão, o primeiro verbo, no contexto em que ocorre, pode ser flexionado na terceira pessoa do plural.
IV	Em conformidade com a norma padrão, o segundo verbo, no contexto em que ocorre, deve permanecer flexionado na terceira pessoa do plural.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e IV.
- B) III e IV.
- C) I e II.
- D) II e III.

11. A Secretaria do Tesouro Nacional, dentre outras atribuições, busca a convergência do setor público aos padrões internacionais de contabilidade, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente. O atual arcabouço da contabilidade aplicada ao setor público no Brasil contempla os seguintes aspectos:
- A) patrimonial, fiscal e legal.
 - B) orçamentário, patrimonial e financeiro.
 - C) orçamentário, financeiro e fiscal.
 - D) patrimonial, legal e orçamentário.
12. Na contabilidade aplicada ao setor público, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações geradas pela contabilidade. Dentre as demonstrações que integram as NBCASP estão as seguintes:
- A) demonstração de resultados abrangentes, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais.
 - B) balanço orçamentário, demonstração do valor adicionado, demonstração das variações patrimoniais.
 - C) demonstração de resultados abrangentes, demonstração dos fluxos de caixa, balanço patrimonial.
 - D) balanço patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido.
13. A contabilidade aplicada ao setor público constitui ramo da ciência contábil e, portanto, deve observar os princípios de contabilidade, que representam a essência das doutrinas e teorias relativas a essa ciência. A autonomia e responsabilização do patrimônio pertencente ao ente público estão relacionadas ao princípio:
- A) da entidade.
 - B) da competência.
 - C) da prudência.
 - D) da oportunidade.
14. O patrimônio público, segundo as NBCASP é assim definido:

Patrimônio público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Esse patrimônio é composto pelos seguintes elementos:

- A) receitas, despesas e saldo orçamentário.
- B) ativo, passivo e saldo patrimonial.
- C) variações ativas e variações passivas.
- D) saldo financeiro e saldo orçamentário.

15. As variações patrimoniais são transações que resultam em alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público. Essas variações, quando alteram a composição qualitativa e a expressão quantitativa dos elementos patrimoniais, são chamadas de:
- A) variações compostas.
 - B) variações abrangentes.
 - C) variações bivalentes.
 - D) variações equivalentes.
16. A variação patrimonial aumentativa deve ser registrada no momento da ocorrência do seu fato gerador. Quanto à entidade que apropria a variação patrimonial aumentativa, essa variação pode ser classificada em:
- A) credora ou devedora.
 - B) governamental ou empresarial.
 - C) financeira ou orçamentária.
 - D) pública ou privada.

17. Considere as afirmações abaixo, acerca dos ingressos extraorçamentários:

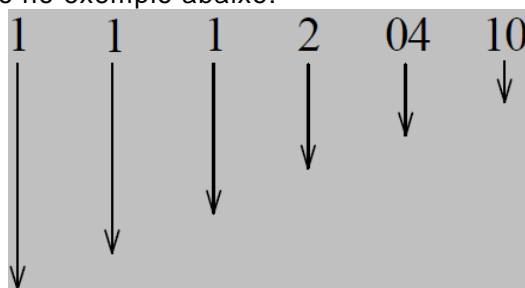
I	São recursos financeiros de caráter temporário.
II	Integram a Lei Orçamentária Anual.
III	O Estado é mero depositário desses recursos.
IV	Constituem passivos exigíveis, cujas restituições se sujeitam à autorização legislativa.

Analisando as afirmações apresentadas, observa-se que:

- A) apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- B) apenas as afirmações II e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmações I e III estão corretas.
- D) apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.

Orientações para responder às questões 18 a 20:

18. Uma das classificações da receita orçamentária é feita com base na natureza. A natureza da receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas. Essa classificação é formada por um código numérico de 8 dígitos, que se subdivide em seis níveis, como apresentado no exemplo abaixo:



O número "2", que aparece na 4ª posição do código apresentado, representa:

- A) a origem.
- B) a espécie.
- C) a rubrica.
- D) a alínea.

19. O número “1”, que aparece na 2ª posição do código apresentado, representa:

- A) a rubrica.
- B) a alínea.
- C) a origem.
- D) a espécie.

20. O número “1”, que aparece na 1ª posição do código apresentado, indica que esse código se refere a:

- A) uma receita corrente.
- B) uma receita de capital.
- C) uma receita tributária.
- D) uma receita extraordinária.

21. A classificação da despesa orçamentária, segundo sua natureza, compõe-se de categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa. A modalidade de aplicação, por sua vez, indica se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da federação e suas entidades.

4	INVESTIMENTOS
5	INVERSÕES FINANCEIRAS
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

O quadro acima apresenta exemplos de:

- A) espécies de categoria econômica.
- B) grupos de natureza da despesa.
- C) elementos de despesa.
- D) modalidades de aplicação.

22. A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como “Lei de Responsabilidade Fiscal”, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Segundo essa lei, o percentual máximo que pode ser comprometido com despesa total com pessoal nos municípios é de 60% da receita corrente líquida, sendo assim distribuído:

- A) 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo.
- B) 25% para o Legislativo e 35% para o Executivo.
- C) 14% para o Legislativo e 46% para o Executivo.
- D) 10% para o Legislativo e 50% para o Executivo.

23. Sobre competência tributária, afirma-se:

I	A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição .
II	Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
III	O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmação(ões):

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) II.
- D) III.

24. O CTN define os impostos de competência da União, dentre os quais estão os impostos sobre:
- A) a propriedade territorial urbana, os produtos industrializados e a exportação.
 - B) a propriedade territorial urbana, a renda e proventos de qualquer natureza e a exportação.
 - C) a propriedade territorial rural, os produtos industrializados e a propriedade de veículos automotores.
 - D) a propriedade territorial rural, a renda e proventos de qualquer natureza e os produtos industrializados.
25. A obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador e pode ser do tipo:
- A) principal ou acessória.
 - B) orçamentária ou extraorçamentária.
 - C) municipal, estadual ou federal.
 - D) pecuniária, compulsória ou obrigatória.
26. Procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente a um crédito tributário. Esse conceito está relacionado à(ao):
- A) aplicação do crédito tributário.
 - B) constituição do crédito tributário.
 - C) lançamento do crédito tributário.
 - D) empenho do crédito tributário.
27. O patrimônio da entidade pública compreende, dentre outros elementos, suas obrigações presentes, que são agrupadas no balanço patrimonial nos seguintes grupos:
- A) exigível corrente e exigível não corrente.
 - B) passivo financeiro e passivo não financeiro.
 - C) exigível a curto prazo e exigível a longo prazo.
 - D) passivo circulante e passivo não circulante.
28. A lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, estabelece que o prazo mínimo para o recebimento das propostas, após a publicação do aviso contendo o resumo do edital de uma licitação do tipo convite, é de
- A) 30 dias.
 - B) 5 dias.
 - C) 15 dias.
 - D) 10 dias.
29. As modalidades de licitação previstas na lei nº 8.666/1993 incluem:
- A) dispensa e inexigibilidade.
 - B) concorrência, concurso e leilão.
 - C) leilão, adjudicação e tomada de preço.
 - D) concurso e processo seletivo.

As questões 30 a 35 devem ser respondidas com base no Código Tributário do Município de Jardim de Piranhas.

- 30.** As taxas são uma espécie tributária, previstas no Código Tributário Nacional. Dentre as taxas previstas no Código Tributário do Município de Jardim de Piranhas estão as de:
- A)** coleta de lixo, execução de obras, fornecimento de alimentação.
 - B)** abate de gado, iluminação pública, serviços de irrigação.
 - C)** coleta de lixo, limpeza pública, conservação de calçamento.
 - D)** abate de gado, serviços de pavimentação, publicação de livros.
- 31.** Para o cálculo do IPTU, são aplicadas sobre o valor venal do imóvel as alíquotas de:
- A)** 1% para terrenos e 0,5% para prédios.
 - B)** 1% para terrenos e 2% para prédios.
 - C)** 0,1% para prédios e 0,05% para terrenos.
 - D)** 0,1% para prédios e 0,2% para terrenos.
- 32.** A divisão do pagamento do IPTU é permitida e obedece ao critério de cota
- A)** mensal.
 - B)** trimestral.
 - C)** bimestral.
 - D)** quadrimestral.
- 33.** O ISS tem alíquotas diferentes, aplicadas sobre o valor do serviço prestado. Essas alíquotas são definidas em função do tipo de serviço e podem ser:
- A)** 2% ou 5%.
 - B)** de 2% a 5%.
 - C)** 3% ou 5%.
 - D)** de 3% a 5%.
- 34.** Tratando-se de lançamento de ofício, o ISS deve ser pago no prazo:
- A)** mínimo de 30 dias.
 - B)** máximo de 30 dias.
 - C)** mínimo de 20 dias.
 - D)** máximo de 20 dias.
- 35.** A contribuição de melhoria cobrada pelo município para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, terá como limite total:
- A)** o valor venal do imóvel beneficiado com a obra.
 - B)** a despesa realizada com a obra.
 - C)** o IPTU dos imóveis beneficiados com a obra.
 - D)** o orçamento dos gastos com a obra.